

## PROCESSO DE INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Fabiana Rodrigues da Silva<sup>1</sup>**

**Fabiane Fischer Figueiredo<sup>2</sup>**

### RESUMO

No âmbito educacional, a inclusão do aluno com deficiência auditiva deve acontecer desde a Educação Infantil. Devemos saber a priori que independente do modelo de educação escolhido, seja escola regular, escola bilíngue ou escola para deficientes auditivos, é de fundamental importância que sejam assegurados os direitos e a acessibilidade para que o aluno surdo consiga construir sua identidade e agregar conhecimentos, sendo capaz de desenvolver sua autonomia no cotidiano. Nesse sentido, baseado em registros de autores, dentre eles, Quadros (2004), Gomes (2008), Garbe (2012), Silva (2006), Dorziat (1997), Segala (2009), Declaração de Salamanca - sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e também na pesquisa de legislações brasileira, buscou-se analisar a problemática se o surdo tem sido de fato incluído nas séries iniciais, além de ponderar sobre a importância do profissional docente para inclusão desses alunos. Para isso, este trabalho teve como objetivo refletir como ocorre a inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva na etapa de Educação Infantil. A abordagem deste trabalho é a qualitativa, pois não houve aprofundamento numérico, considerando que o desenvolvimento da pesquisa aconteceu durante o enfrentamento da doença COVID 19, não havendo possibilidades da pesquisa de campo. Sabe-se que é um desafio seguir uma proposta de educação inclusiva para qualquer deficiência, e com a surdez não é diferente, mas devemos acreditar que com a formação continuada e compromisso dos profissionais da educação seja possível desenvolver um trabalho de qualidade beneficiando não somente os educandos, mas também suas famílias e comunidades às quais pertencem.

**Palavras-chave:** Inclusão. Escola. Deficiência auditiva. Educação Infantil.

### ABSTRACT

In the educational field, the inclusion of students with hearing impairments should take place from kindergarten onwards. They must know a priori that regardless of the chosen teaching model, whether it is a regular school, a bilingual school or a school for the deaf, it is of fundamental importance that the rights and accessibility are ensured so that the deaf student can build their identity and add knowledge, being able to develop their autonomy in everyday life. In this sense, based on records of authors, among them, Quadros (2004), Gomes (2008), Garbe (2012), Silva

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia a distância do Instituto Federal Goiano, campus Iporá, Polo Aragarças-GO. E-mail:fabiana.rodrigues@estudante.ifgoiano.edu.br.

<sup>2</sup> Graduada em Matemática e Pós-doutora em Ensino de Ciências e Matemática – Professora formadora do Instituto Federal Goiano, campus Iporá-GO. E-mail:fabianefischerfigueiredo@gmail.com.

(2006), Dorziat (1997), Segala (2009) and also in the research of Brazilian legislation, sought to analyze the problem of whether the deaf have actually been included in the initial grades, in addition to pondering the importance of the teaching professional for the inclusion of these students. For this, this work aimed to reflect on how the school inclusion of children with hearing impairment occurs in the Early Childhood Education stage. The approach of this work is qualitative, as there was no numerical deepening, considering that the development of the research took place during the confrontation of the COVID 19 disease, with no possibilities for field research. It is known that it is a challenge to follow an inclusive education proposal for any disability, and deafness is no different, but we must believe that with the continuing education and commitment of education professionals, it will be possible to develop quality work, benefiting not only the learners, but also their families and communities to which they belong.

**Keywords:** Inclusion. School. Hearing deficiency. Child education.

## 1. INTRODUÇÃO

O ingresso de uma criança com deficiência auditiva na rede de ensino comum pode ser visto como uma vitória para a família da criança surda. Segundo Mantoan (1997), é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, isso depende da fusão do ensino regular com o especial, pois fundir significa incorporar elementos distintos para se criar uma nova estrutura. Tratar sobre educação de crianças com surdez implica discorrer sobre a inclusão escolar, tema discutido mundialmente. A escola por sua vez, tem o dever de garantir a efetivação da matrícula conforme as legislações que amparam a inclusão de alunos surdos garantindo seus direitos à educação.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e deve ser oferecida de forma inclusiva e igualitária. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que é a principal legislação educacional brasileira, prevê a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

Para garantir que essa inclusão seja efetiva, em 2002 a Lei 10.436, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação. No ano de 2005, outro dispositivo foi sancionado, o Decreto nº. 5.626, que exige o cumprimento da educação bilíngue (Libras e língua portuguesa na modalidade escrita) e a Lei nº. 12.319/2010, regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras.

Em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que reforça o direito dos alunos surdos à educação inclusiva e estabelece a necessidade de oferta de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas.

A Libras é uma língua de comunicação e expressão em que o sistema linguístico é de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema de comunicação vindo da comunidade surda do Brasil. Ainda que não aprofunderemos nossa pesquisa em índice de alunos deficientes auditivos na Educação Infantil, se recomenda como proposta, a oferta da disciplina de Libras, não apenas nos cursos de Licenciatura, como também deveria aplicar em todos os cursos superiores.

Cursar a disciplina de Libras permitirá aos graduandos uma melhor compreensão da importância da Libras para a educação escolar dos deficientes auditivos, através dela conhecer a cultura, comunidade e identidade surda, necessários ao processo ensino-aprendizado dos deficientes auditivos. Incluir a disciplina de Libras em todos os cursos superiores é uma medida importante para garantir a inclusão e a acessibilidade para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades linguísticas ou auditivas, pode melhorar a comunicação e a interação com as pessoas surdas, aumentando a compreensão e a empatia em relação a essa comunidade.

Esperamos, nesse enfoque, demonstrar se os alunos deficientes auditivos têm sido de fato incluídos nas séries iniciais, relatar a importância da reflexão do profissional da educação enquanto docente que objetiva buscar meios que estabeleçam resultados positivos que favoreçam este aluno.

Surge a importância de selecionar critérios a serem utilizados na educação infantil e suas adaptações para obter-se resultados satisfatórios. Nessa vertente, levando em conta todas as esferas que apoiam e apontam uma cultura diferenciada, buscar entender que todas essas atribuições que implicam neste processo é peça fundamental para que de fato aconteça a inclusão do aluno surdo.

Vale ressaltar que houve um retrocesso de cem anos para os deficientes auditivos com o Congresso Internacional de Educadores Surdos que aconteceu de 6 a 11 de setembro de 1880, em Milão na Itália. Preato, (2015):

Fora proposto uma votação, a fim de proibir oficialmente o uso da língua dos sinais no ensino de surdos ao redor do mundo, este congresso foi coordenado, financiado e dirigido por especialistas em sua maioria absoluta ouvintes, todos defensores do oralismo puro. Os Estados Unidos e a Grã Bretanha, foram as únicas nações contrárias à extinção da língua de sinais e foram menosprezados pela maioria que ali o presidia, tendo seus direitos de votarem extintos.

Nesse sentido os prejuízos na educação da pessoa com surdez marca a opressão sofrida e o ensino das língua de sinais quase erradicados.

O presente trabalho se objetiva a refletir como ocorre a inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva na etapa de Educação Infantil, os impactos e as conquistas. Para atingi-lo, buscou-se apontar o que tratam os documentos das políticas públicas e as potencialidades da inclusão, com base em publicações de artigos sobre o tema. Desse modo, a intenção é responder a questão diretriz: Qual a importância da Libras na inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva na etapa de Educação Infantil?

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Para a reflexão sobre o tema da investigação, escolheu-se destacar a história da inserção de alunos com Deficiência Auditiva em classes regulares de ensino, abordando os métodos de educação dos deficientes auditivos, como o Oralismo, Comunicação Total e o Bilinguismo como também apresentar três pesquisas que envolvem estudos de caso.

### **2.1 A história da inserção de alunos com Deficiência Auditiva em classes regulares de ensino**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 havia mais de 9,7 milhões de brasileiros com perda auditiva no Brasil, representando 5,1% da população do país. Uma das grandes conquistas da comunidade surda é a aprovação da Lei nº 10.436 de 2002, que formaliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial da comunidade surda no Brasil, período que também marcou o início da conquista dos direitos dessa comunidade. Além disso, o Decreto 5.626 de 2005 regulamenta a Lei 10.436. Após 18 anos de legislação, a comunidade surda ainda enfrenta muitas barreiras para garantir a acessibilidade. A definição de Deficiência Auditiva, descrita na lei nº 5.296/04, relata que a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, comprovada por audiograma nas frequências de 500 hertz, e 2.000 hertz”. Atualmente, a deficiência auditiva é caracterizada, de acordo com o Decreto Federal 3.298/99 em seu capítulo I, artigo 4º, a saber:

II – deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis, o audiômetro é um instrumento utilizado para medir a

sensibilidade auditiva de um indivíduo. O nível de intensidade sonora é medido em decibel (dB), na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (dB) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 dB – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 dB – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 dB – surdez séria;
- e) acima de 91 dB – surdez profunda; e
- f) anacusia – surdez total; (BRASIL, 1999, p. 22).

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996).

Segundo Lacerda (1998), durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média, pensava-se que os deficientes auditivos eram impossibilitados de aprender. Para os gregos, os deficientes auditivos eram considerados seres incapazes, pois para eles o pensamento se dava mediante a fala. Os romanos privaram os deficientes auditivos de direitos legais, não tinham direitos à herança, à escolarização e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes; não votavam e eram privados até mesmo de se casarem (GARBE, 2012).

Em 1994, na cidade de Salamanca na Espanha, em ação conjunta do governo e da UNESCO, surge a Declaração da Salamanca, declarando que:

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1)

Muitos documentos foram elaborados nas últimas décadas, buscando restabelecer as imprecisões cometidas e garantir os direitos dos deficientes auditivos, que não precisam de punição nem caridade, mas de garantia e respeito aos seus direitos. Dentre os direitos garantidos, um dos

recursos fundamentais para a formação dos deficientes auditivos é a presença do intérprete educacional, que atua na interpretação e tradução da língua oral para a língua de sinais para o surdo, e vice-versa (QUADROS, 2004). O Tradutor e intérprete deve seguir a ética profissional na sua atuação.

Gomes registra que Pedro Ponce de León, espanhol, monge beneditino, foi contratado por famílias nobres para educar seus filhos e provavelmente futuros herdeiros reais; Ponce tinha por objetivo ensiná-los a ler e escrever. Estabeleceu uma escola para deficientes auditivos em seu próprio monastério. Utilizava, para educar seus alunos, um alfabeto bi manual – utilizando ambas as mãos – e alguns sinais simples (GOMES, 2008).

Em 1855, aceitando a um convite de Dom Pedro II, o professor francês, Ernest Huet, (surdo congênito) e sua esposa chegam ao Brasil, com o objetivo de fundar uma escola para deficientes auditivos. No dia 26 de setembro, através da Lei 939, assinada por D. Pedro II, fundou-se o então Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio de Janeiro. Por essa razão o dia do surdo é comemorado no Brasil dia 26 de setembro, marcando o início de uma grande conquista para a comunidade surda (GARBE, 2012).

O primeiro sistema a ser utilizado para a educação dos deficientes auditivos foi o oralismo, que procurava levar o surdo a falar e a desenvolver competências linguísticas oral, com o intuito de desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais similar possível ao mundo dos ouvintes. O Congresso de Milão, em 1880, marcou a imposição dessa prática, onde os deficientes auditivos não foram convidados a participar desta importante decisão e os ouvintes decidiram que as palavras eram superiores aos gestos, o oralismo foi imposto na educação dos deficientes auditivos. As consequências do Congresso de Milão causaram danos na comunidade surda em todo o mundo. Calcula-se que após a primeira década posterior ao Congresso de Milão o ensino da língua de sinais já estava quase erradicado por completo das escolas (SILVA, 2006).

Proibidas de usar as línguas de sinais, crianças surdas no mundo inteiro deixavam as escolas com qualificações e comunicação inferiores. Esse período de “escuridão” durou cerca de 100 anos. Posteriormente, depois desse longo período, teve início um árduo processo de recusa das resoluções do Congresso de Milão e a reformulação da educação das pessoas surdas.

## 2.2 Métodos de educação dos deficientes auditivos

Uma das barreiras para a pessoa com surdez é a comunicação, esta por sua vez pode ser realizada de diversas formas, e a Libras é uma delas. Não é uma tarefa fácil optar por um método, pois não há um consenso do que é melhor para o deficiente auditivo, ainda que existam tantos estudos e informações no que tange a surdez, as famílias dos surdos e os próprios surdos têm opiniões divergentes.

A maneira mais promissora de considerar a inclusão é a que respeita e valoriza as diferenças (TURETTA, 2006, p.7). Nesse sentido apresentamos os métodos mais conhecidos para trabalhar com a criança surda: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo, bem como o estudo de caso de três trabalhos de conclusão de curso que tratam do tema em tela.

### 2.2.1 Oralismo

O debate sobre a percepção da surdez perdura na sociedade há muitos anos e é caracterizado por disputas teóricas sobre as possibilidades de comunicação e as seguintes formas específicas de identificação da surdez.

Em suma, o oralismo é o método que faz com que a criança receba a língua oral através da leitura orofacial e amplificação sonora, enquanto se expressa pela fala sendo proibido o uso dos sinais. Os deficientes auditivos geralmente não gostam da maneira como o oralismo trata sua linguagem. Muitos acham frustrante quando as pessoas tentam forçá-los a desenvolver a comunicação oral em português pelo Brasil.

O oralismo visa a capacitação da pessoa com surdez para que utilize a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral, como única possibilidade linguística, de modo que seja possível o uso da voz e da leitura labial, tanto na vida social, como na escola. Não aceitam a língua de sinais e centram os processos educacionais na visão da reabilitação e naturalização biológica. (DAMÁZIO, 2007)

No Oralismo, a surdez é considerada uma deficiência que precisa ser amenizada por meio da estimulação auditiva. O objetivo é auxiliar a criança no aprendizado da língua portuguesa e ajudá-la a se ajustar à comunidade ouvinte. Pretende-se que este processo ajuda as crianças a

tornarem-se indistinguíveis das crianças ouvintes. E será usado como um meio de ajudar essas crianças a retornarem ao senso de normalidade (SILVA, 2006).

### **2.2.2 Comunicação Total**

Ao longo da história existiram várias filosofias sobre métodos para a educação dos deficientes auditivos, entre 1960 e 1970, chega ao Brasil a Comunicação Total. Para alcançar os objetivos, utilizam: gestos criados, língua de sinais, leitura orofacial, alfabeto manual, leitura e escrita a fim de se obter êxito na comunicação dos deficientes auditivos. Os benefícios da Comunicação Total residem no fato de que esta abordagem, segundo seus defensores, encoraja a criança/pessoa surda a aceitar-se como pessoa cuja linguagem precoce pode crescer em resposta às necessidades crescentes de cada uma delas. Autores como Sanches (1997) e Dorziat (1997), acreditam que o maior problema desta metodologia ou filosofia, seria a mistura das duas línguas (Português + Língua de Sinais) que resultaria numa terceira modalidade que é o Português Sinalizado, onde ocorre a mistura de elementos gramaticais pertencentes às duas línguas.

### **2.2.3 Bilinguismo**

O bilinguismo seria a filosofia mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que se considera a língua de sinais como língua natural, e a língua falada do país sendo a segunda língua do surdo. Surge então, na década de 1960, no Brasil, o primeiro estudo linguístico sobre a Língua de Sinais, até então apenas uma forma de linguagem, efetuado por William Stokoe, Klima e Bellugi. Buscava-se demonstrar as características que fazem da língua de sinais uma língua equivalente à verbal, com gramática própria tanto no nível fonético, como a nível fonológico e semântico, contrariando o conceito que até então se tinha, no qual a linguagem de sinais era considerada pobre, rudimentar e sem estrutura. 5.6261

Em 1969, ocorreu a primeira tentativa de registrar a Língua de Sinais falada no Brasil, através de um pequeno dicionário, Linguagem das Mãos, organizado pelo missionário americano Eugênio Oates, que segundo Ferreira Brito (1993), apresenta um bom índice de aceitação por parte dos deficientes auditivos. Somente em 1980 iniciaram os Estudos Linguísticos no Brasil sobre a

Língua de Sinais em Recife, saindo o seu primeiro boletim, o GELES – Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez, fundado no Recife na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Apenas em 1986, a Língua de Sinais passou a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Gallaudet University que utiliza a ASL (Língua Americana de Sinais) como primeira língua e o Inglês como segunda língua. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida no Brasil somente no ano de 2002, por meio da Lei nº 10.436/2002 e foi regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, que a reconhece, como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A Língua Brasileira de Sinais é derivada da língua gestual francesa e também de uma língua de sinais autóctones, ou seja, natural da região que habita (SILVA, 2006). Não é uma língua universal, como muitos acreditam. Possuem a sua própria estrutura que varia de país para país. Conforme Damásio (2005, p. 61) “A Libras, Língua Brasileira de Sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural- científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence”.

Nesse sentido, vale ressaltar o objetivo de uma educação bilíngue na qual deve proporcionar o desenvolvimento cognitivo linguístico da criança surda de forma harmoniosa, com acesso à língua de sinais e à língua majoritária, permitindo, assim, que tenham uma imagem positiva dela mesma como sujeito surdo (identidade), sem perder a oportunidade de interagir com a comunidade ouvinte (LACERDA, 1998).

No que diz respeito a legislação do bilinguismo recentemente a Lei nº 14.191/2021 - sobre a modalidade de educação bilíngue de deficientes auditivos altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas

habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021).

Indiscutivelmente a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) veio trazer um grande avanço para a comunidade surda e com ela outras conquistas estão sendo realizadas, o Decreto 5.526/05 que regulamentou os intérpretes em sala de aula, instrutores deficientes auditivos, a reorganização pedagógica e recentemente a Lei nº 14.191/2021 alterou um dos dispositivos mais importantes da educação LDB criando uma nova modalidade de ensino específicas para os alunos deficientes auditivos.

O objetivo do bilinguismo é que a criança surda possa desenvolver suas habilidades cognitivas similar ao verificado na criança ouvinte, e que possa construir uma relação harmoniosa também com os colegas ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária.

### **2.3 - Inclusão e Surdez na Educação Infantil**

Na pesquisa de Tânea Mengue Schwanck, sobre Inclusão e Surdez na Educação Infantil, descreve observações feitas em sala de aula e registros escritos a partir do trabalho com uma turma de alunos do maternal, na qual um aluno é surdo. A autora pautou-se na questão “Como a inclusão de um aluno surdo na educação infantil contribui para aprendizagem da turma como um todo?”. A partir da indagação e experiência vivenciada a autora conclui que o aluno surdo conseguiu realizar praticamente todas as atividades que os alunos ouvintes, com algumas adaptações quando se tratava de cantar e conversar. Ele possui percepção visual mais apurada que os demais alunos, tendo memória visual muito boa o que deixa em vantagem em relação aos outros, nesse aspecto, já que no aspecto da fala e escuta ele fica prejudicado, são compensações. Foi um dos primeiros da turma a identificar todos os nomes escritos dos colegas, já escreve seu nome, sendo que a maioria nessa idade não o faz. Concentra-se para realizar trabalhos manuais, como pintura, desenhos, recorte e colagem. A autora fundamenta que o plano de trabalho da escola teve que ser flexível para atender às necessidades dos alunos. O aprendizado das crianças não devem ser padronizados mas voltado para a necessidade de cada um. Para isso é necessário que as partes envolvidas, escola e família se empenhem na aprendizagem. Denota que o aluno surdo em questão foi diagnosticado como surdo

após um ano de idade, e a família começou a aprender Libras somente perto dos três anos de vida. Apesar da criança que nasce surda ter os sinais como sua língua natural, é necessário aprender a Libras, para ter um padrão de comunicação, ser entendido pelos outros e se fazer entender. Em descrição contínua a autora considera positiva a inclusão deste aluno na educação infantil, pois todos os alunos estão aprendendo juntos. Ressalta que o grupo escolar em que estão inseridas, influencia no processo de aprendizagens dela, pois as relações e interações existentes a partir da convivência, que articulam as ações e processos tornam as aprendizagens mais significativas.

#### **2.4 - Ensino de Ciências ao Aluno Surdo: Um Estudo de Caso sobre a Sala Regular, o Atendimento Educacional Especializado e o Intérprete Educacional**

As autoras Juliani Flávia de Oliveira e Denise Pereira de Alcantara Ferraz, publicaram a pesquisa: Ensino de Ciências ao Aluno Surdo: Um Estudo de Caso sobre a Sala Regular, o Atendimento Educacional Especializado e o Intérprete Educacional, onde foi realizada com uma aluna surda do oitavo ano do ensino fundamental, no ensino de Ciências, buscou responder às seguintes questões norteadoras: quais estratégias são utilizadas pelo professor de Ciências, AEE e IE para ensinar/interpretar Ciências? Quais são as suas dificuldades? As autoras abordaram o questionamento referente ao acesso inclusivo de alunos surdos, a necessidade de um intérprete no ambiente escolar. De acordo com a pesquisa realizada, há uma grande dificuldade de interação do professor da disciplina com aluno surdo, o intérprete é o responsável por essa mediação. É direito do aluno ter um intérprete em todo ambiente escolar, como em todo meio social, independente de questões socioeconômicas, étnicas dentre outros. Segundo (Santana e Sofiato, 2018), há grandes desafios no processo do aluno nas aulas de ciências, os obstáculos como a alfabetização tardia dos alunos e a falta de conhecimento dos intérpretes nas questões científicas comprometem a interpretação. A necessidade dos professores de sala em saber Libras é de grande importância, proporcionando comunicação e interação do aluno surdo, garantindo maior entendimento do assunto. Lacerda (2014) relata que o professor precisa ter estratégias que repense e reorganize a forma de ensinar, visando a acessibilidade do aluno surdo.

Durante a pesquisa realizada, evidenciou dificuldades e irregularidades em torno do ambiente escolar, como informação insuficiente dos profissionais na educação. Ainda nesse

cenário restrito, às escolas têm a necessidade de se reorganizar, é preciso contar com a ajuda e colaboração de toda a comunidade escolar, colaboradores e profissionais, visando melhorar o desempenho dos alunos. A partir das reflexões da autora, algumas sugestões foram proposta com intuito de beneficiar o ensino de ciências aos alunos surdos, como:

- Planejar aulas com material de recursos visuais ex: banner, cartazes, jogos, vídeos etc;
- Incentivar a aprendizagem de Libras em toda a comunidade, e em anos iniciais;
- Ampliar e disponibilizar os sinais de Libras correspondente a termos científicos;
- A junção de profissionais colaboradores na área da saúde, como fonoaudiólogos, psicólogos.

## **2.5 - O Papel do intérprete de LIBRAS no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental**

No artigo dos autores Kely Cristiane da Silva e Adil Antônio Alves de Oliveira “O Papel do intérprete de libras no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental”, teve como objetivo compreender como se daria o trabalho do intérprete de LIBRAS na Escola Municipal Jurandir Liberino de Mesquita, em Sinop. Com a aplicação de entrevistas buscou-se analisar a atuação do intérprete de Libras, sua importância como mediador no trabalho de ensino, a relação entre o educador e os alunos e a participação do profissional de libras, bem como as condições que este profissional dispõe para o desempenho de sua atividade profissional. Os dados coletados evidenciaram a importância do intérprete de libras para o processo de ensino aprendizagem na educação especial. A pesquisa contou com a participação de dois alunos surdos/deficientes, duas intérpretes e duas professoras e os resultados encontrados permitiram avaliar as responsabilidades dos intérpretes no processo de aprendizagem bem como as dificuldades a que se submetem os docentes e alunos especiais.

A experiência de lidar com estudantes surdos no ambiente escolar, impõe ao intérprete de Libras um compromisso com a construção do entendimento e desenvolvimento escolar desses alunos, sendo um mediador nesse processo, o que traz uma importância ainda maior para sua atuação profissional. Nesse sentido, uma vez que o profissional intérprete de libras é inserido no ambiente de ensino e aprendizagem, a missão de traduzir e interpretar, juntamente ao trabalho

docente, associa-se na atuação desse profissional, constituindo uma ação conjunta que produz novos elementos.

A metodologia utilizada foi o modelo de pesquisa qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas onde professores, alunos e intérpretes tiveram a oportunidade de expor suas colocações sobre as questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem dos alunos especiais. Foram abordadas questões sobre a importância da presença e atuação dos intérpretes em salas de aula, na qual os alunos foram unânimes e concordaram que os intérpretes de libras além de conduzirem o conhecimento, viabilizam a comunicação com os docentes e os demais alunos. No questionamento direcionado às docentes, as duas confirmaram a importância dos profissionais de libras na interpretação dos conteúdos e possibilitaram o processo de educação por meio de apoio aos alunos especiais. O questionamento direcionado aos intérpretes estava relacionado às facilidades e dificuldades encontradas pelos mesmos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos deficientes. Em relação às dificuldades, os docentes apontaram a falta de adaptações de professores, ausência de interesse de alguns alunos e das crianças de séries iniciais que ainda não se familiarizaram com o idioma. E a referência à facilidade estava relacionada ao próprio uso da linguagem de sinais para interpretação dos conteúdos.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Segundo Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos. A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados (BRUYNE, 1991 p. 29).

Segundo Strauss & Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder nossa questão.

A pesquisa segundo Minayo (1993, p.23) é considerada como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade”. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

A abordagem deste trabalho é a qualitativa, onde a técnica de pesquisa é marcada pela interpretação natural.

O motivo pelo qual a pesquisa não foi realizada em campo foi devido à pandemia de COVID-19 que começou em 2019 coincidindo com o segundo semestre da disciplina de trabalho de curso, no ano de 2020. A pandemia exigiu a implementação de medidas de distanciamento social para impedir a propagação do vírus, o que afetou diretamente a possibilidade de realizar pesquisas presenciais. Embora algumas restrições tenham sido revogadas após o retorno do isolamento, é compreensível que a coordenação do curso não tenha autorizado a continuidade da pesquisa presencial, já que ainda havia o risco de contágio e disseminação do vírus. Assim, a melhor opção foi buscar alternativas para conduzir a pesquisa sem a necessidade de realizar trabalho de campo presencial. Foi desafiador adaptar a pesquisa sem a experiência em campo, porém a pesquisa bibliográfica oferece a possibilidade de obter dados significativos sem expor os pesquisadores e os participantes a riscos desnecessários.

Este estudo utilizou como método de desenvolvimento a pesquisa bibliográfica. Isso porque eles decidiram coletar dados por meio de busca em bases de dados que contêm pesquisas e literatura sobre o assunto que estavam estudando. Todos podem acessar e ler publicamente estudos acadêmicos sobre literatura e ensino, independentemente do assunto. Isso inclui quaisquer livros, artigos, teses, monografias ou outros trabalhos relacionados ao estudo.

A metodologia da pesquisa assumiu a forma de estudo descritivo, com foco na coleta de dados qualitativa e padronizada. Esse estilo de estudo visa caracterizar os atributos de um determinado fenômeno. A descrição qualitativa busca compreender a natureza, a aparência e a origem de um fenômeno. Também investiga suas relações, origens e mudanças para ver se suas consequências importam. Para a pesquisa de um determinado assunto, um processo de levantamento, coleta e coleta deve ser concluído. Esse processo permite que os pesquisadores acessem recursos publicados sobre seu assunto e aumentem seu conhecimento sobre ele.

Para encontrar estudos relevantes para a pesquisa, foi realizado buscas em bases de dados como Google Acadêmico, Revistas Brasileira de Pesquisa, Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os estudos devem ser em texto completo, em inglês e português; eles não podem ser excluídos com base em seus propósitos pretendidos.

#### **4. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A escola inclusiva tem se tornado a cada dia que passa um desafio para o ensino nas escolas regulares, isso porque para atender o direito à educação não se trata apenas de ingressar o aluno em sala de aula, mas principalmente, sua integração, participação, aprendizagem e desenvolvimento de suas habilidades.

De acordo com Segala (2009), estar incluído significa sentir-se parte do mundo, compartilhar o mundo do outro, poder adentrar-se nele. Não basta matricular um surdo em uma sala de ouvintes ou vice-versa, e dizer que isso seja inclusão. Conforme Voivodic (2008), o papel da família é de extrema importância nos primeiros anos de vida da criança. Desse modo, a conscientização da família é essencial para que a criança surda possa adquirir melhores condições de vida.

Segundo Bowlby (1997), a ajuda especializada aos pais nos primeiros anos de vida de uma criança pode ser extremamente importante para auxiliá-los a desenvolver as relações afetivas e compreensivas que quase todos desejam com o bebê. Santos (1999 p. 78/79) afirma que “A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas, para seus filhos seja garantida”.

Faz-se necessário que as famílias busquem conhecer, participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, assim, como mais um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para ser. A ajuda dos pais, quando qualificada e oportuna, poderá ter efeito significativo se for realizada nos primeiros anos de vida da criança, período crítico de seu desenvolvimento.

Neste sentido, Diogo (1998) afirma que:

A família é sem dúvida, um espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerado o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma experiência própria (DIOGO, 1998, pág. 37)

Para Perlin e Quadros (1997), o processo educacional para alunos deficientes auditivos só será possível se contemplar espaços específicos em uma escola regular de ensino que se utiliza especificamente da língua de sinais para propagar o conhecimento levando em conta que esta escola estará atendendo a uma comunidade que possui história e cultura na sua forma plena de expressão.

Com base nessas reflexões, compreendemos que a inclusão do aluno se dá por um conjunto de ações que beneficie a convivência entre os deficientes auditivos ao ponto de solidificar sua cultura, identidade e conhecimento de mundo. Por esta razão, é vital que a criança tenha a oportunidade, o mais cedo possível, de estar em um ambiente onde se fala sua língua materna e que, de preferência, tenha contato com pessoas adultas surdas que irão alfabetizá-las por meio da Libras.

A criança surda que desde o início da vida escolar tem seus direitos assegurados vai desenvolver melhor seu cognitivo, linguístico, social, afetivo, cultural e político tornando-se capazes de no futuro escolher seus próprios caminhos. Não serão dependentes da opinião de outros, terão a firmeza de escolher se querem ser oralizados, implantados, usar aparelho auditivo ou usar a Libras e o português escrito.

Temos que ter a consciência de que a pessoa com surdez pode ser o que quiser, constituir família, carreira e vínculos afetivos, enfim levar uma vida normal. Hoje vemos uma realidade diferente do que é escrito nas Leis, e isso causa polêmicas entre o que seria melhor ou traria mais resultados na educação do surdo. Por isso é de suma importância que os profissionais da educação busquem conhecer profundamente o que defendem os autores a respeito e realmente incluir o aluno.

É fundamental que o aluno tenha o direito assegurado por Lei de ter o Tradutor e Intérprete de Libras desde o primeiro dia de aula. Este profissional qualificado vai mediar a comunicação entre professor/aluno e com toda a comunidade escolar. E ainda o oportunizando a agregar conhecimento em sua língua natural, tudo que busque a atenção deste aluno e leve ela compreensão do aprendizado proposto para ele no momento da alfabetização. Através de figuras, imagens,

vídeos, jogos, desenhos para colorir e fazer passeios em diferentes ambientes para que ele tenha condições de fazer sua própria decodificação e compreensão de mundo.

É preciso reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo. (STEWART, 1996). O objetivo primordial do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula pode minimizar alguns aspectos deste problema, em geral, favorecendo uma melhor aprendizagem de conteúdos acadêmicos pelo aluno, que teria ao menos acesso (se conhecesse a língua de sinais, ou pudesse adquiri-la) aos conteúdos trabalhados.

Todavia, este aluno continua inserido em um ambiente pensado e organizado para alunos ouvintes. Porém o intérprete não substitui a figura do professor em relação à função central que é a mediação do processo de aprendizagem, pois sua atuação será a de mais um elemento na cadeia de interação verbal, constituída em sala de aula e nas outras esferas sociais (FERNANDES, 2003). Para que este ambiente se torne minimamente adequado às necessidades de alunos deficientes auditivos, são necessárias mudanças.

Assim, o processo de alfabetização varia de acordo com cada necessidade do aluno. Segundo Quadros (2007, p.143), “os surdos têm o direito de ser alfabetizados com a Libras, sua primeira língua e o português como segunda língua, para ter a possibilidade de interagir com os ouvintes e toda a sociedade.”

O processo de alfabetização não deve ser apenas no sentido de decodificação e codificação da língua escrita. Deve alfabetizar e letrar o surdo ao mesmo tempo, levando em conta os diversos contextos nos quais as práticas sociais da língua escrita acontecem nas pessoas com necessidades auditivas especiais. Soares (2003) nos chama a atenção para a escolarização da Literatura Infantil e considera o uso da leitura de textos infantis um dos aliados do processo de Alfabetização e Letramento. A literatura surda precisa ser utilizada nas séries iniciais, é fundamental que o surdo tenha contato com a literatura e entenda a história. Mesmo os que são escritos para o público ouvinte, os contos infantis nos permitem lançar mão de variedades de conteúdos que levem ao estudante surdo compreender e interpretar.

Segundo Batista (2020):

Para que de fato ocorra uma concretização do que se pauta nas políticas públicas voltadas a inclusão, é necessária uma atenção direcionada às ações conjuntas do corpo docente em suas estratégias pedagógicas, da gestão escolar na busca do desenvolvimento de atividades internas e diretrizes democráticas, bem como das famílias e parcerias que auxiliam no progresso da aprendizagem de qualquer indivíduo. Diante disso, cabe ao professor, observar novas perspectivas de metodologias a serem adotadas em sala de aula, como seria o caso do lúdico, por exemplo, que vem sendo muito pautado nos últimos anos, pois ele abre um leque de possibilidades ao educador, viabilizando que o mesmo tenha a oportunidade de mediar de forma positiva à formação social do educando, usando das normas e regras das brincadeiras para vida escolar e social, deixando as crianças cientes de seus direitos e deveres de maneira lúdica e interagida.

Como mencionado no tópico anterior não existem fórmulas feitas que vá solucionar todos os desafios encontrados na escolarização da criança surda, porém estratégias vêm surgindo ao longo do tempo, e se bem aproveitadas são ferramentas úteis que aliadas à prática diária dos professores, a participação da família e colegas em sala de aula, em muito favorecem a aquisição do conhecimento pela criança surda.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história de vida da comunidade surda é marcada por grandes lutas para serem reconhecidos enquanto sujeitos, isso porque não tinham tratamento digno pela sociedade, eram considerados sujeitos estranhos, incompetentes por não possuírem linguagem. Haviam leis que proibiam os deficientes auditivos de exercerem seus direitos, eram privados da educação, não tinham direito de receber heranças, não podiam participar dos sacramentos religiosos, não tinham direito de casar etc. A inclusão do surdo encontra-se em processo, mas ainda há barreiras a serem enfrentadas, principalmente no que se refere a comunicação. É fundamental que o aluno tenha seus direitos assegurados de ter o Tradutor e Intérprete de Libras desde o primeiro dia de aula. Este profissional qualificado vai mediar a comunicação entre professor/aluno e com toda a comunidade escolar. E ainda o oportunizando a agregar conhecimento em sua língua natural, tudo que busque a atenção deste aluno e leve a compreensão do aprendizado proposto para ele no momento da alfabetização.

À medida que os profissionais da educação buscam atribuir habilidades sociais, cognitivas e interpessoais do aluno surdo no âmbito escolar, deverá refletir, analisar e praticar as metodologias

específicas e direcionadas, no intuito da quebra dos padrões que acarretam dificuldades no ensino de qualidade deste aluno, tendo como propósito principal a pretensão de realizar e alcançar os objetivos de forma lúdica possibilitando a melhor compreensão dos conteúdos propostos.

Diante da pesquisa observamos que, no ambiente escolar, a interpretação realizada pelos profissionais de libras se entrelaça com os processos de ensino e de aprendizagem, conferindo ao trabalho do intérprete particularidades que necessitam de maior discussão e atenção por parte dos sistemas de ensino. Novas pesquisas poderiam aprofundar as discussões, de maneira a possibilitar a realização de novos estudos acerca deste trabalho tão importante e necessário aos alunos surdos deficientes e também aos professores e escolas para que o processo de ensino consiga êxito. Outra questão observada é sobre a atuação do profissional de libras, considerando que sua ação vai além da tradução dos conteúdos, abre-se uma indicação para imaginar uma formação de intérpretes que atuam na educação, com aprofundamento de questões pedagógicas.

Por fim, sirvo-me do presente para destacar que a educação de qualidade ao aluno surdo acontece verdadeiramente quando ele é matriculado desde as séries iniciais, com professores engajados na inclusão, tradutor e intérprete de Libras e Atendimento Educacional Especializado. Quando isso ocorre desde o início da educação, observa-se que o surdo terá um desenvolvimento mais pleno, contextualizando o seu cotidiano, sendo capaz de expressar, compreender e participar ativamente do processo educacional.

A partir destas reflexões e análise realizada, considero importante e positiva o ingresso e acolhimento da criança deficiente auditiva na educação infantil, pois a inclusão escolar é também uma inclusão social, utilizar das diferenças para obter aprendizagens, pois não há uma escola padronizada, com alunos iguais, todos somos diferentes, temos diferentes formas de aprender e é papel da escola atender a individualidade de cada um para cumprir o papel de inserção social.

Marca-se a importância do conhecimento dos processos de inclusão da pessoa surda, que estes sejam assegurados desde a infância já que o atraso escolar pode acarretar sérios prejuízos no desenvolvimento da criança, apesar que ainda há falta de profissionais intérpretes suficientes para atender as necessidades encontradas. Para isso, a Língua Brasileira de Sinais deve ser ampliada ao maior número de pessoas tornando uma forma simples a interação da comunicação entre os surdos, suas famílias e a sociedade em geral.

Destaco que o uso da língua Brasileira de sinais é uma forma de preservar a identidade do surdo. Também contribui para a valorização e reconhecimento da cultura surda, que por muito tempo foi ignorada pela cultura auditiva, mas, aos poucos eles estão conquistando seus espaços e reconhecimento social, pois são pessoas que possuem a visão como principal sentido para traduzir o mundo, afinal são dotados de muito talento e protagonismo.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Aparecida de Freitas 1. SAMPAIO, Anna Caroline Costa A.2. SOMAVILLA. Sônia Alves Feitosa 3. **Educação Infantil E Inclusiva: Os Desafios Do Professor Diante Da Deficiência Auditiva De Alunos Da Rede Pública De Ensino.** Congresso Nacional de Educação, 2020.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**, Sobre os Princípios, Políticos e Práticos na área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004** - DOU de 03/12/2004. [www.planalto.gov.br/ccivil/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.html). Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BRASIL. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.** Brasília, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 06 de março 2023.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdos.** Rio de Janeiro: Babel, 1993.

BRUYNE. Paul de. **Dinâmicas da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves editor. 1991.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação escolar de pessoas com surdez: uma proposta inclusiva.** Campinas: Tese de Doutorado. 2005.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Pessoa com Surdez**. SEESP / SEED / MEC-Brasília/DF – 2007.

DIOGO, José M.L. **Parceria escola-família: A comunidade de uma educação**. 1998.

DORZIAT, Ana. Concepções de Surdez e de Escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em uma escola pública para surdos. São Carlos / SP: Trabalho de Tese (Doutorado), UFSCar (mimeo.), 1999. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Artes Médicas. Porto Alegre.1997.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GARBE, Douglas de Souza. Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque. **Revista Unifebe**, Balneário Camboriú, v.10, p. 95-104, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unifebe.edu.br/>. Acesso em 03 de setembro de 2022.

GOMES, Morgana. Pedagogia no século XVI: Pedro Ponce de Leon. Educativa: **a Revista do Professor**. n.3. Edição Especial. São Paulo: Minuano Cultural, 2008.

IBGE (2005). “Censo 2010”. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

LACERDA. C.B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec,1993.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A interação de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon. Editora SENAC, 1997. MEC/ Secretaria de Educação Especial. Política nacional de Educação Especial. Brasília, MEC, 1994.

PERLIN, G. & R. M. QUADROS. Educação de Surdos em Escola Inclusiva? **Revista Espaço**. 1997.

PREATO, Dâneli de Oliveira e outros. **Inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino**. Brazilian Journal of Development. Publicação 30 de setembro de 2020.

QUADROS, R. M. de, CRUZ, C. R. & PIZZIO, A. **Desenvolvimento da língua de sinais: a determinação do input**. Trabalho apresentado no 8º Congresso Internacional da ISAPL (Society of Applied Psycholinguistics). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Resumo publicado no Livro de Resumos. P.147. 2007.

QUADROS, Ronice Muller de . **Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANCHES, I. **Professores de educação especial – Da formação às práticas Educativas.** Porto: Porto Editora, 1997.

SANTOS, M. P. dos. **Educação especial: A família e o movimento pelaInclusão.** Brasília: 1999.

SEGALA, S. R; REIS, B. A. C. **ABC em Libras.** São Paulo: Panda Books, 2009.

SCHWANCK, TÂNEA MENGUE. **Artigo: Inclusão e surdez na Educação Infantil.** Três cachoeiras. 2010.

SILVA, Divino José da. **Educação, Preconceito e Formação de Professores.** São Paulo: Tec Art, 1993. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.125-141.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização.** In: RIBEIRO, Vera Masagão (org). Letramento no Brasil. São Paulo:Global, 2003.

OLIVEIRA, Juliani Flávia e FERRAZ, Denise Pereira de Alcantara. Artigo: **Ensino de Ciências ao Aluno Surdo: Um Estudo de Caso sobre a Sala Regular, o Atendimento Educacional Especializado e o Intérprete Educacional.** Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 2020.

SILVA, Kely Cristiane da e OLIVEIRA, Adil Antônio Alves de. Artigo: **O Papel do Intérprete De Libras No Processo de Aprendizagem do Aluno Surdo nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental.** Revista Eventos Pedagógicos, 2014.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

TURETTA, B. A. dos R. **A criança surda e seus interlocutores num programa de escola inclusiva com abordagem bilíngue.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

VOIVODIC, M. A. M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às 18 horas e 40 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Fabiane Fischer Figueiredo (orientador), Claudete Madalena Valadão (membro) e Andreine Santos (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “Processo de inclusão de deficientes auditivos na Educação Infantil” da estudante Fabiana Rodrigues da Silva, Matrícula nº 2018205221351423 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

*Fabiane F. Figueiredo*

Orientadora/Presidente da Banca

*Claudete Madalena Valadão*

Membro

*Andreine Santos*

Membro



Documento assinado digitalmente  
FABIANA RODRIGUES DA SILVA  
Data: 05/04/2023 21:56:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Acadêmica

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- Tese (doutorado)  Artigo científico  
 Dissertação (mestrado)  Capítulo de livro  
 Monografia (especialização)  Livro  
 TCC (graduação)  Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Fabiana Rodrigues da Silva

Matrícula:

2019205221351423

Título do trabalho:

Processo de Inclusão de Deficientes Auditivos na Ed. Infantil

## RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 06/09/2023

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Barrado Goias

Local

05/09/2023

Data

Fabiana Rodrigues da Silva

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Fabiane F. Figueiredo

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**

*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*



## **TERMO DE RESPONSABILIDADE AUTORAL**

Eu Fabiana Rodrigues da Silva discente do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância do IF Goiano, autor do artigo científico intitulado, “Processo de inclusão de deficientes auditivos na Educação Infantil”, declaro, para os devidos fins da Lei nº 9.610, de 19/02/98, que me responsabilizo inteiramente perante o IF Goiano, o(a) professor(a) orientador(a) e demais membros da banca examinadora, pelo aporte ideológico e referencial, me responsabilizando por eventual plágio do texto que consubstancia a obra de minha autoria, submetida à banca examinadora para defesa de Trabalho de Conclusão (TC) do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. Destarte, sob as penas da lei, estou ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais em caso de comprovada violação dos direitos autorais.

Iporá-GO, 4 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FABIANA RODRIGUES DA SILVA  
Data: 05/04/2023 21:46:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Acadêmico/Autor